

Versão Online ISBN 978-85-8015-040-7
Cadernos PDE

VOLUME II

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
Produção Didático-Pedagógica

2008

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE
FORMAÇÃO CONTINUADA EM REDE

AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA Conselho Escolar

Professora PDE:

RITA JOSEANE DA LUZ ZIEGEMANN / NRE PITANGA

Temática: CONSELHO ESCOLAR

Disciplina:

GESTÃO ESCOLAR

Professor Orientador:

Professor Mestre **RAIMUNDO NONATO JÚNIOR**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO

Desenhos¹

Arte gráfica²

GUARAPUAVA

¹ Todas as gravuras que se seguem neste caderno são de autoria de Amanda Ziegemann e Natália Tomen Zeschotko e foram gentilmente cedidas para a construção deste material.

² Todo trabalho de arte gráfica usado para a digitalização das gravuras foram realizados por Duo – Marketing e Propaganda e gentilmente cedidas para a elaboração deste material.

APRESENTAÇÃO

“Crítico é fazer falar o silêncio”

(CHAUI, 2006)

Caros Colegas Profissionais da Educação, Membros da Comunidade, Queridos Alunos e Senhores Pais;

Durante nossa caminhada profissional, enquanto professoras da rede pública do Estado do Paraná, trilhamos vários caminhos em busca dos muitos processos de ensino-aprendizagem que atravessam a Educação. Enquanto instância interdisciplinar, o espaço pedagógico constrói identidades, subjetividades e paradigmas a partir dos quais analisamos e compreendemos a realidade.

A escola como peça importante no atual cenário social é a responsável não apenas pela aquisição e construção do conhecimento elaborado, mas também é o espaço no qual se estabelecem as relações afetivas e sociais entre os sujeitos que dela fazem parte.

Neste contexto, nos deparamos freqüentemente com contradições que nos inquietam, tais como: uma gestão democrática ainda a ser consolidada; a necessidade de uma maior participação da comunidade nas decisões efetivas da escola; práticas pedagógicas pouco condizentes com a realidade social; o desejo de priorizar a organização pedagógica em detrimento da mera burocracia e administração financeira, dentre outras.

A procura por possíveis soluções é constante por parte dos profissionais que atuam nesse sistema. Entretanto, como todo processo educacional, essa é uma tarefa árdua e contínua que requer estudo, trabalho coletivo e socialização dos conhecimentos adquiridos. Visando

contribuir com a efetivação de uma educação emancipadora, elaboramos este Caderno Pedagógico.

O presente material didático faz parte do Projeto de Intervenção Pedagógica, pensado a partir da realidade da escola pública, como atividade inerente ao Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, proposto pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

O Caderno Pedagógico - *Instâncias Colegiadas e a Gestão Democrática da Escola Pública* - pretende discorrer informações e reflexões sobre a Gestão Democrática, por meio da atuação das Instâncias Colegiadas.

As Instâncias Colegiadas presentes na escola tem a função de contribuir para a melhoria da qualidade do processo educativo, por meio do trabalho coletivo de todos aqueles que dela fazem parte. São Instâncias Colegiadas na Escola Pública: Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais Mestres e Funcionários e Grêmio Estudantil.

Abordaremos no decorrer dessa produção, o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil, desde seu surgimento, passando por sua história e importância para a educação. Pretendemos também, levantar a discussão sobre a participação e otimização dessas *Instâncias Colegiadas* nos trabalhos efetivados nas unidades escolares.

O enfoque dessa produção se detém nos mecanismos presentes na Legislação vigente e no Projeto Político Pedagógico das escolas, assim como na reflexão da cultura de participação política da comunidade escolar. Essas discussões visam o fortalecimento do processo de democratização da escola pública.

O material foi construído com base no Método da *Pesquisa-Ação*, desenvolvido por intermédio de pesquisas bibliográficas e oficinas didáticas com aplicação de técnicas inspiradas no *Método Sociopoético*.

O Caderno Pedagógico foi dividido em duas unidades, a primeira tratando do Conselho Escolar e a segunda a respeito do Grêmio Estudantil. Cada unidade está dividida em seis módulos. Estes, por sua vez, serão aplicados no decorrer das oficinas do primeiro semestre de 2009, podendo também ser utilizados por quaisquer educadores que se interessem em debater estas temáticas na sua escola.

A **primeira unidade** - Conselho Escolar - aborda as seguintes situações:

- *Módulo I* - Trata do conceito de Conselho Escolar, por meio de seu Histórico e Legislação abordando também a relação do Conselho Escolar com a Gestão Democrática na Escola Pública.
- *Módulo II* - Aborda o papel do Conselho Escolar segundo o Estatuto proposto pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.
- *Módulo III* - Discorre sobre a figura do conselheiro, como ele pode agir e contribuir com o processo educacional.
- *Módulo IV* - Destaca a importância do conhecimento e da formação continuada para a atuação do colegiado.
- *Módulo V* - Relaciona o Conselho Escolar, o Projeto Político Pedagógico e o Planejamento Participativo, na busca de nortear as ações da instância.
- *Módulo VI* - Destaca a relação do Conselho Escolar com a comunidade, por meio da socialização das atividades pensadas pelo colegiado, no decorrer das oficinas.

A **segunda unidade** - Grêmio Estudantil - reflete sobre as seguintes temáticas:

- *Módulo I* - Trata do conceito de Grêmio Estudantil, sua função na escola e importância para os alunos. Também faz-se um resgate histórico da legislação e do movimento estudantil brasileiro.
- *Módulo II* - Trata sobre o papel da juventude na sociedade, sua atuação política e seus conflitos sociais e emocionais e sua relação com a educação/escola e as políticas públicas voltadas aos jovens.
- *Módulo III* - Traz a reflexão o processo democrático na escola e os espaços existentes para participação e atuação política.
- *Módulo IV* - Sugerem-se algumas ferramentas necessárias ao processo de organização do espaço pedagógico estudantil.
- *Módulo V* - Destaca-se a importância de planejar ações coletivamente e exercitar a construção do planejamento participativo em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola.
- *Módulo VI* - Organiza-se espaço para apresentar as ações/atividades propostas no plano de ação anual do Grêmio Estudantil junto à comunidade escolar.

Cada um dos módulos apresenta sugestões de atividades referentes às temáticas nele trabalhadas. Sua finalidade é levantar dados sobre a compreensão do grupo analisado a respeito dos conceitos debatidos. Acreditamos na riqueza dos dados coletados por ocasião do desenvolvimento das

oficinas, por contar com pessoas de diferentes saberes, objetivando a valorização da vivência social de cada participante.

Como fechamento do trabalho com as Instâncias Colegiadas, será proposto aos participantes a socialização dos materiais produzidos nas oficinas.

Almejamos, por meio do Caderno *Pedagógico*, contribuir com o fortalecimento dos Conselhos Escolares e dos Grêmios Estudantis, ao compartilhar nossas inquietações e expectativas com aqueles que se preocupam com a consolidação de uma Gestão Democrática. Não pretendemos esgotar, por meio deste material, as questões apresentadas e sim aflorar maiores reflexões sobre os temas propostos.

Então, convidamos vocês educadores, pais, alunos, funcionários e membros da comunidade a trilhar conosco os desafios e caminhos das *Instâncias Colegiadas*, apresentados ao longo deste material. Vamos juntos construir uma Educação mais democrática e participativa!

UNIDADE 01

Conselho Escolar



Caros Colegas, vamos conhecer um pouco mais sobre o Conselho Escolar?

Você sabe como e por que eles surgiram? Conhece as Leis que regem seu funcionamento?

Acho que preciso saber

Este caderno tem o objetivo de discutir o assunto.

Que bom, e o que vamos discutir?



NESTA UNIDADE, DISCUTIREMOS AS SEGUINTE TEMÁTICAS:

- Histórico do Conselho Escolar
- Legislação no Brasil e no Paraná
- Estatuto do Conselho Escolar
- Gestão democrática e o Conselho Escolar
- O papel do conselheiro
- Escola como espaço de democracia
- Importância do embasamento teórico
- Conselho escolar e a aprendizagem
- Projeto Político Pedagógico
- Planejamento Participativo
- Conselho Escolar e a sua relação com a comunidade
- A importância de socializar

Módulo 1

CONSELHO ESCOLAR O QUE É?

HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO

A partir da década de 20, os reformistas educacionais brasileiros iniciam uma grande batalha em defesa da abertura da escola à comunidade escolar, que teve como propósito a educação moral e cívica, com a instituição da Caixa Escolar, num princípio assistencialista e solidário (após a Constituição Federal de 1937).

Paralelamente, foram estabelecendo-se outros mecanismos de participação dos pais na escola, como a criação da Associação de Pais e Mestres, cujo objetivo era

despertar o interesse dos pais pelos trabalhos escolares, numa perspectiva pedagógica. Mais tarde a ênfase da participação da APM deslocou-se para o funcionamento administrativo e financeiro do patrimônio escolar. (ALMEIDA, 2006).

Em 1971, pela Lei Federal 5.692/71, as APMS tornam-se obrigatórias nos estabelecimentos de ensino público, contudo, a atuação dos pais era apenas no regime de parceria e de cunho administrativo, uma vez que as decisões eram da responsabilidade do diretor.

Desde a década de 80 vem-se procurado superar a alienação do período ditatorial e fortalecer a democracia, com tentativas de ampliação da discussão e participação da comunidade nas decisões da escola.

A legalidade destas intenções vem com a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205, estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, seria incentivada e promovida com a participação da sociedade. Já o artigo 206, inciso VI expressa alguns princípios para o ensino público, entre eles a gestão democrática. Tal fato abre as portas da escola pública para a participação da comunidade escolar e local nas discussões e pode compartilhar com a tomada de decisões a cerca de assuntos pedagógicos e administrativos.

A consolidação da LDB 9.394/96, fortalece a participação de diferentes segmentos nas decisões entorno das necessidades da escola pública, quando, em seu artigo 3º, inciso VIII coloca a “gestão democrática do ensino público”. A lei vem fortalecer a construção da cultura democrática, rompendo com uma herança autoritária e

centralizadora presente na escola há muitos anos. No artigo 12, inciso VI da mesma lei, estabelece-se que a escola precisa articular-se com as famílias e com a comunidade, criando processos de integração. (ALMEIDA, 2006).

O Plano Nacional de Educação, presente na Lei 10.072/2001, também contempla a necessidade de promover a participação da comunidade na gestão das escolas, por meio de conselhos escolares ou órgão equivalente.

No Paraná, os Conselhos Escolares foram instituídos em 1991, por meio da Deliberação 020/91, do Conselho Estadual de Educação. Tal Deliberação estabeleceu em seu artigo 6º que todas as escolas deveriam ter um órgão máximo de decisões coletivas. Nasceram, assim, os Conselhos Escolares com caráter deliberativo.

A Secretaria de Estado da Educação (SEED), pela Resolução 4.839/04, legitimou as normas contidas na Deliberação 020/91, aprovando os regimentos escolares da Rede Pública Estadual. Tais leis foram posteriormente revogadas e substituídas pela Deliberação 16/99 - CEE e Resolução 2.122/00 - SEED, em vigor até o momento, normatizando os regimentos escolares. (PARANÁ, 2005).

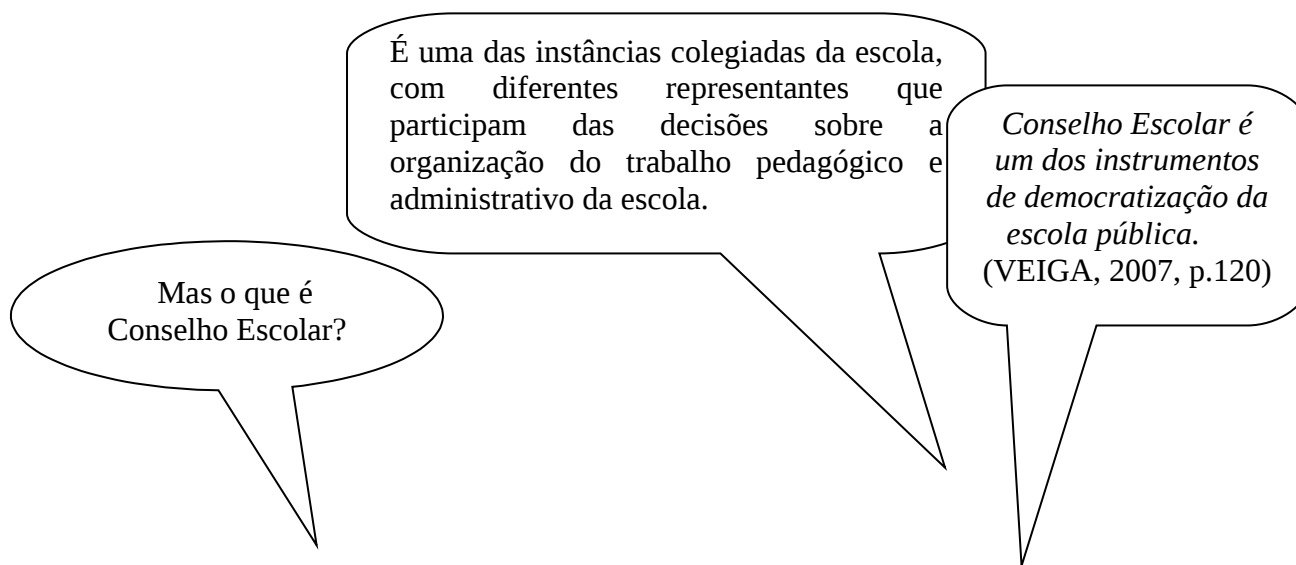
Postas as leis e suas deliberações, durante 2004 e 2005, o Estatuto do Conselho Escolar do Paraná, passou por um processo de discussão e alteração, envolvendo os profissionais de educação. Hoje é o documento que rege legalmente o funcionamento do Conselho Escolar, o qual foi aprovado pela Resolução 2.124/05-SEED. Ele contém em seus artigos, as aferições que dizem respeito ao conselho de

escola, delineando as funções, os objetivos, os direitos e deveres competentes aos seus membros.

Porém a legislação não é tudo. É necessário que a gestão democrática seja incorporada no dia a dia da escola e vivenciada por todos que dela fazem parte.

I

CONSELHO ESCOLAR O QUE É?





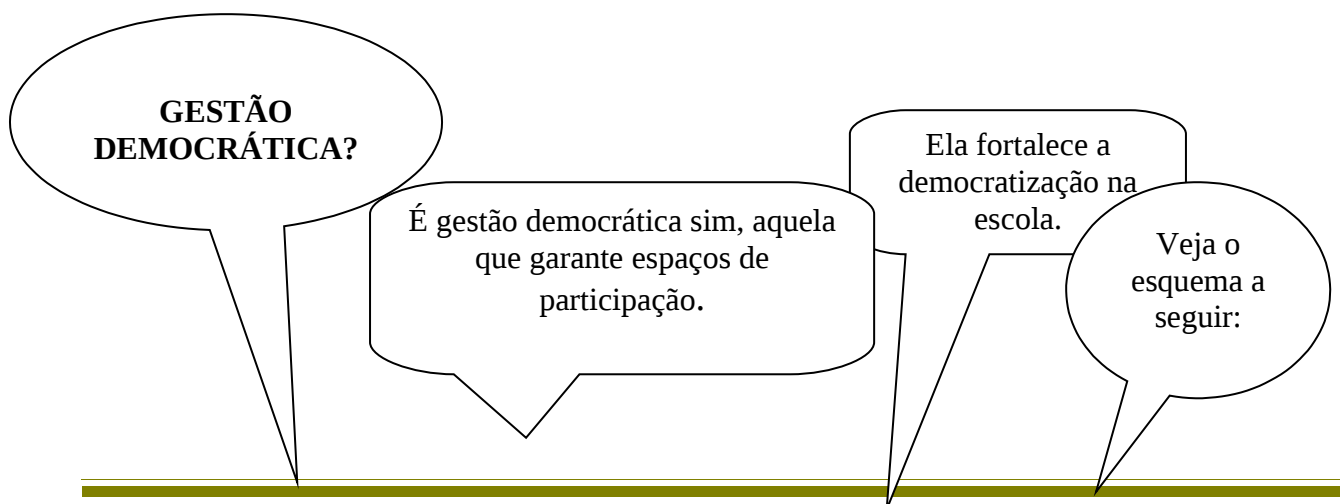
Conselho Escolar é o órgão máximo de decisão na escola, não dispõem de ações em prol da política partidária, religiosa, racial ou étnica, mas atende as demandas previstas no Projeto Político Pedagógico da escola. Seus membros não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pela participação, ele é um órgão sem fins lucrativos. (PARANÁ, 2005).

Conforme o Estatuto do Conselho Escolar do Paraná, art. 4º

Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento da Escola/Colégio, para o cumprimento da função social e específica da escola. (PARANÁ, 2005, p.09)

Enfim, o Conselho Escolar é o “sustentáculo do Projeto Político Pedagógico” (VEIGA, 2007, p.126). É, portanto, uma instância importante na busca pela superação do trabalho burocrático, da descentralização do poder e da centralização de forças na gestão democrática.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUA RELAÇÃO COM O CONSELHO



Ela gera a participação responsável de todos.





VAMOS CONVERSAR SOBRE O QUE ESTE ESQUEMA REPRESENTA?

Para que a democratização aconteça é preciso articular meios e condições reais para o seu estabelecimento, é necessário repensar a cultura de poder na escola. Os processos de participação são canais de aprendizagem, que se constroem cotidianamente e requerem o diálogo entre os envolvidos.

Cabe à escola pública, garantir o princípio da gestão democrática, implementando e fortalecendo as instâncias colegiadas como os Conselhos Escolares, Associação de Pais Mestres e Funcionários, Grêmios Estudantis e Conselho de Classe.

É a Gestão Democrática que permite a criação coletiva de decisões e posicionamentos críticos que combatem idéias burocráticas de hierarquia. Ela permite também uma avaliação do cotidiano escolar como um todo, assim como do seu Projeto Político Pedagógico e o fortalecimento da autonomia da escola.

Para que isto ocorra é fundamental que a escola debata sobre sua realidade, com o envolvimento de todos que dela fazem parte, ou com seus representantes, de forma clara e aberta.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 206 garante a organização democrática do ensino público. O que foi confirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB 9.394/96 em seu Artigo 3º, inciso VIII. A mesma lei, em seus artigos 14 e 15, coloca as seguintes determinações:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p. 06)

A Gestão Democrática, quando assumida e efetivada pela direção proporcionará resultados educacionais cada vez mais significativos, segundo Antunes (2002).

CONSELHEIROS EM AÇÃO



Atividade 1 : Sensibilização	
Objetivo	Conceituar Conselho Escolar em pintura ou desenho, nas palavras e discussões.
Materiais	<ul style="list-style-type: none"> • tintas de várias cores, pincéis, papel bobina ou Paraná, som e CD com música instrumental.
Procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Antes de iniciar a discussão sobre o Conselho Escolar propor aos participantes que representem, por meio de desenhos, pinturas, o que entendem por Conselho Escolar; • O grupo será orientado por um roteiro imaginário, como: <i>Vamos imaginar uma escola pública...</i>(o mediador conduz a história por ele pensada até chegar ao Conselho Escolar); • Ligar uma música enquanto os participantes desenhavam e pintam; • Depois que todos terminarem sua produção, organizar os desenhos em forma de painel para que todos possam visualizar; • No grande grupo, cada conselheiro comentará sua idéia, expondo-a aos demais participantes.
Considerações Finais	Relacionar os diversos momentos do cotidiano com atitudes democráticas ou não, por parte de todos os elementos da escola.

Tabela 01 - Atividade de sensibilização 01.

Atividade 2 : Sensibilização	
Objetivo	Conceituar Conselho Escolar em pintura ou desenho, nas palavras e

	discussões.
Materiais	<ul style="list-style-type: none"> • bexiga, tiras de papel A4 e canetas
Procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Esta atividade deverá ser realizada para encerrar a oficina. • Cada participante vai escrever num pedaço de papel, uma palavra que represente o Conselho Escolar; • Encher uma bexiga e colocar o papel escrito dentro dela; • Ao som de uma música soltar os balões sem deixá-los cair no chão; • No final da música estourar os balões e ler o que os conselheiros pensam a respeito do conselho escolar; • Fechar com comentários livres realizados pelo grupo.
Considerações Finais	<p>As duas atividades propostas têm a intenção de aflorar nos participantes o significado que trazem a respeito do Conselho Escolar. Estas atividades permitem ao coordenador captar os diferentes conceitos dos participantes, sua opinião, sem levar em conta a opinião dos demais. Com isso o grupo cresce e discute o assunto de forma dinâmica e divertida.</p> <p>O resultado das produções proporcionarão dados importantes sobre o conceito já estabelecido pelo grupo, sobre o conselho. Tais conceitos embasarão o planejamento de discussões futuras, contemplando quais pontos merecem maior atenção nas próximas oficinas.</p>

Tabela 02 - Atividade de sensibilização 02.

Módulo 2

PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR E ESTATUTO

- Bem, vamos dar início à reunião do Conselho de Escola. A pauta de hoje é avaliação do Plano Escolar.[...] existem umas partes aqui que são mais para professores discutirem; por isso nós poderemos fazer, depois, uma reunião à parte.
 - Que partes vocês vão discutir depois? – pergunta o pai.
 - Umas partes que falam de projetos que a escola está colocando em prática. Dizem respeito ao trabalho dos professores.
 - Que tipo de projetos? – insiste o pai. Eu gostaria de entender melhor o funcionamento da escola. Existem algumas coisas aqui que eu não consigo entender como e por que acontecem.
 - O senhor poderia dar um exemplo?
 - Eu posso, sim. Aliás, posso dar muitos exemplos.[...]
- (ANTUNES, 2002, p. 29-30)

Você concorda com a posição da diretora?

Outras pessoas poderiam participar das discussões dos problemas e da tomada de decisões?



POR QUE PARTICIPAR DO CONSELHO ESCOLAR?

Segundo Antunes (2002), os pais e alunos têm muito a contribuir com a construção da escola pública de melhor qualidade. Com a participação de todos os segmentos envolvidos com a escola, ela se transforma num local de troca de idéias, de análise da realidade, de estudo e procura de possíveis soluções para os problemas, de tomada de decisões de forma coletiva, num verdadeiro exercício de cidadania.

Paro (1995) constatou que:

Embora a participação de pais e alunos nas decisões do Conselho da Escola nem sempre se faça da forma intensa que muitos poderiam esperar, o fato de ser aí o local onde se tomam ou se ratificam decisões de importância para o funcionamento da unidade escolar tem feito com que este órgão se torne a instância onde se explicitam e procuram resolver importantes contradições da vida escolar. (PARO, 1995, p.154)

MAS COMO ESPERAR PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS QUE POR MUITO TEMPO FORAM REPRIMIDAS? OU QUE JULGAM TAL PARTICIPAÇÃO DESNECESSÁRIA?

Este é o grande desafio do gestor: **pensar a escola como espaço de democracia**, articulando relações democráticas, rompendo com a alienação e autoritarismo.

DEMOCRACIA NA ESCOLA

A escola, mesmo sendo tipicamente formal, não pode dispensar seus vínculos com a educação informal e não-formal, num processo democrático de saberes. Se democracia, para Chauí (2006) significa igualdade, liberdade, soberania popular, por que não fortalecermos tal idéia nas ações dentro da escola? Por que não definir formas e mecanismos de participação?

Este é o desafio a ser enfrentado, haja visto que o processo de democratização se faz num aprendizado constante e implica a compreensão da cultura da escola. Compreender tal cultura envolve a articulação dos diferentes segmentos da comunidade que dela fazem parte: pais, professores, alunos e funcionários da escola, assim como seus valores, suas atitudes, costumes e comportamentos.

É o Conselho Escolar que consolida o processo democrático na escola. Pensar numa gestão, com a participação de todos os segmentos, onde os diferentes saberes são respeitados, faz da escola um espaço democrático.

Para Veiga (2007) é imprescindível ouvir a voz da comunidade escolar. Por meio do Conselho Escolar a comunidade tem condições de opinar, discutir, decidir e

avaliar o processo ensino-aprendizagem que ocorre na escola. Os conselheiros passam a organizar atividades necessárias, fazendo parte do processo, num envolvimento coletivo.



Vamos saber um pouco
sobre o papel do
Conselho Escolar,
conhecendo o seu estatuto?

Assim como as demais organizações, o Conselho Escolar tem seu estatuto próprio. No Paraná, entre 2004 e 2005, aconteceram momentos de discussão e estudo da proposta de reformulação do Estatuto do Conselho Escolar, em todas as

escolas estaduais. O novo estatuto foi aprovado pela Resolução 2.124/05-SEED, publicada em 15/08/05.

MAS O QUE É ESTATUTO?

É fundamental que os conselheiros tenham conhecimento do Estatuto do Conselho Escolar a fim de entender seu funcionamento, compreender suas atribuições, seus direitos e deveres.

O Estatuto do Conselho Escolar do Paraná, Art. 4º, deixa claro a importante função deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, dos conselheiros no trabalho escolar. Mais do que assinar papéis e “apresentar propostas; ele decide, determina onde e como”. (ANTUNES, 2002, p. 23)

O Conselho Escolar delibera sobre assuntos político-pedagógicos, administrativos e financeiros da escola, aprovando encaminhamentos de problemas, apresentando alternativas de soluções, garantindo a elaboração ou cumprimento de normas internas e externas. O caráter consultivo é o de assessoramento de questões analisadas, emitindo pareceres. Ele avalia e fiscaliza o cumprimento do Projeto Político Pedagógico, o acompanhamento das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, garantindo o cumprimento das normas da escola, mobilizando os conselheiros para a efetivação de melhoria da qualidade social do processo educativo e da gestão democrática. Essas funções se interligam e se completam, não havendo predominância de uma sobre a outra.

O Art. 12 do Estatuto do Conselho Escolar do Paraná (2005) elenca pressupostos, nos quais devem estar fundamentadas as ações do conselho, como:

- educação como direito de todo cidadão;
- acesso e permanência a todos no ensino público, de forma gratuita;
- construção contínua e permanente da qualidade da educação pública;
- trabalho pedagógico escolar organizado numa dimensão coletiva;
- a comunidade escolar também é responsável pela democratização da gestão da escola;
- a transparência, a cooperação, a responsabilidade, o respeito, o diálogo e a interação são indispensáveis num trabalho coletivo.

Vejamos, agora, alguns direitos e deveres dos conselheiros, garantidos pelo Estatuto:

DIREITOS	DEVERES
Opinar e argumentar nas reuniões;	Participar e estimular a participação dos demais nas reuniões;
Representar a idéia do segmento;	Solicitar o uso da escola para reuniões;
Ser informado das reuniões;	Justificar sua ausência nas reuniões;
Manter discricão sobre os assuntos tratados;	Solicitar esclarecimentos das ações da escola
Consultar as atas, quando necessário;	Conhecer e cumprir o estatuto.

A participação da comunidade escolar e local no Conselho Escolar é imprescindível. Seu funcionamento ativo torna-se primordial para a consolidação da escola que queremos. Para Antunes (2002, p. 23) é “no Conselho que os problemas da gestão escolar serão discutidos e as reivindicações educativas serão analisadas”. Os encontros pré-estabelecidos em calendário anual também são fundamentais.

Nesta perspectiva de democracia, a escola deve motivar a participação ativa da comunidade escolar, ouvindo, registrando e divulgando o que os alunos e comunidade pensam, falam e escrevem sobre a concepção da escola pública e das desigualdades da sociedade.

CONSELHEIROS EM AÇÃO



Atividade: Estudo do Estatuto do Conselho Escolar	
Objetivo	Realizar o estudo do Estatuto do Conselho Escolar do Paraná.
Materiais	<ul style="list-style-type: none">• Cópias do Estatuto do Conselho Escolar do Paraná, canetas e papéis A4, pedaços de papel bobina, fita crepe.
Procedimentos	<ul style="list-style-type: none">• A turma será dividida em cinco grupos para a leitura e debate de uma parte do Estatuto do Conselho Escolar do Paraná;• O grupo elaborará três questões sobre o conteúdo lido que considera fundamental para o conhecimento dos demais grupos;• As questões serão transcritas em tiras de papel e fixadas nas paredes;• Os grupos se reunirão em um círculo, onde cada grupo deve apresentar as discussões realizadas. Todos devem ouvir e inscrever-se para poderem falar. As questões propostas devem ser expostas e respondidas durante a conversa.

Considerações	<p>O estudo teórico é sempre mais cansativo e requer um esforço maior do grupo. Por isso é importante dividir o documento em trechos pequenos para cada grupo.</p> <p>No momento da apresentação, o coordenador deve deixar que o grupo se expresse para depois, no final, fazer suas observações, pontuando o que achar fundamental para o estudo proposto.</p>
----------------------	--

Tabela 03 – Estudo do Estatuto do Conselho Escolar

Atividade: Teia das relações	
Objetivo	Proporcionar o envolvimento de todos nas atribuições do Conselho Escolar, firmando o compromisso de conselheiro.
Materiais	<ul style="list-style-type: none"> • Rolo de barbante ou novelo de lã.
Procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> • O grupo em círculo, sentado. • O participante que iniciar a atividade deverá amarrar o fio no dedo indicador, de modo a manter a linha esticada. Diz, então uma atribuição ou um direito dos conselheiros escolares, baseado no Estatuto próprio. • Em seguida, escolhe um companheiro, olha-o, fala alto o seu nome e atira-lhe o rolo/novelos. • O participante que receber o rolo/novelos segue o mesmo procedimento, até que o novelos tenha passado por todas as pessoas, formando uma teia. A teia das relações. • Pedir que todos levantem o dedo em que o fio está preso de modo que o grupo olhe a teia. • Encerrar com comentários sobre a atividade, destacando o compromisso de todos que formam a teia para o desenvolvimento do trabalho de Conselho Escolar. Neste momento enrola-se o fio novamente ao novelos. • Fechar com um abraço coletivo.
Considerações	<p>Esta dinâmica é mobilizadora e permite ao grupo refletir sobre o suas atribuições no desenvolvimento do trabalho do Conselho Escolar, fortalecendo a legislação.</p> <p>O pesquisador deve estar atento aos comentários, articulando-os todo momento a energia grupal ao foco do trabalho, que é a percepção do vínculo existente entre os componentes do grupo. É uma atividade proposta para o encerramento da oficina.</p>

Tabela 04 – Teia de relações.

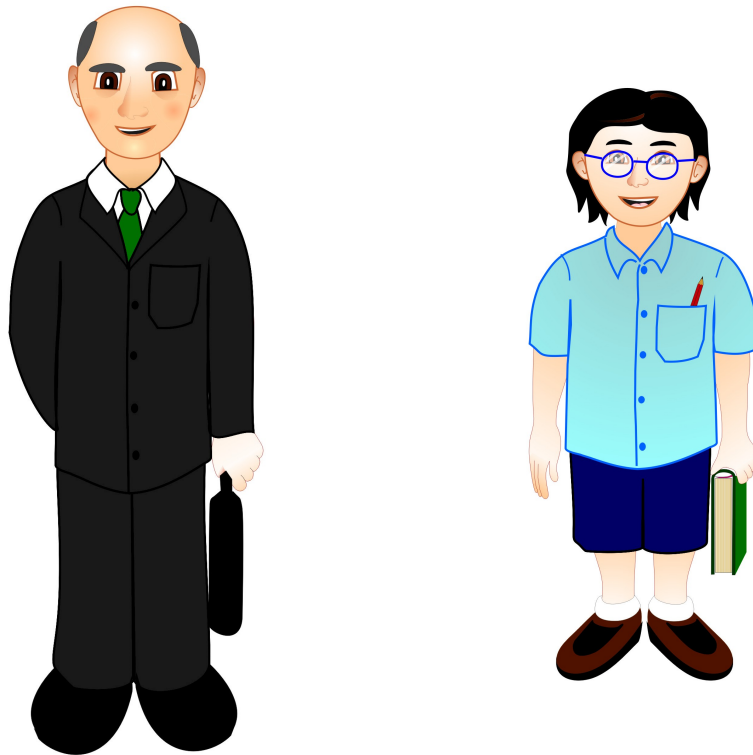
Módulo 3

QUEM SOU EU CONSELHEIRO? O QUE POSSO FAZER?

Os conselheiros são pessoas com diferente formação, com experiência e vontade de lutar por uma escola melhor

São os representantes dos pais, alunos, professores e funcionários da escola e comunidade.

O conselho escolar é formado por “sujeitos de ação”.



Segundo o art. 18 do Estatuto do Conselho Escolar do Paraná, são eles:

- Diretor;
- Representante da equipe pedagógica;
- Representante do corpo docente;
- Representante dos funcionários administrativos;
- Representante dos funcionários de serviços gerais;
- Representante do corpo discente;
- Representante dos pais de alunos;
- Representante do Grêmio Estudantil;
- Representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (APMF, Associação de moradores, Igrejas, Unidades de Saúde etc).

Percebemos, então, que o colegiado é formado por diferentes sujeitos, diferentes saberes. Um dos desafios do conselho é saber lidar com estas diferenças, garantindo o respeito a todos e abrindo espaços para que cada um possa expor suas idéias, debater e atuar para o crescimento do grupo.

Essa nova forma de agir precisa romper com a lógica centralizadora, que tem historicamente desconsiderado a diversidade de opiniões, posturas, aspirações e demandas dos diferentes atores sociais que agem no interior da escola. (BRASIL, 2005, p. 23)

Para Antunes (2002), os conselheiros são pessoas que discutem os problemas da gestão escolar e analisam as reivindicações educativas, numa tentativa de solucionar as necessidades da escola. Veiga (2007) compartilha com as idéias de Antunes e acrescenta que o desempenho dos conselheiros pode facilitar a comunicação e romper com as relações burocráticas, assim como possibilitar a delegação de responsabilidade e envolvimento há diferentes segmentos, desconcentrando o poder.

Marques (1990), contribui assegurando que a participação ampla nas decisões garante mais transparência, controle e contemplação de questões não percebidas pelo grupo que atua mais diretamente com os alunos (equipe pedagógica e professores).

É tarefa imprescindível da escola democrática, portanto, ouvir a palavra da sua comunidade escolar. (VEIGA, 2007, p. 118).

Portanto, os conselheiros precisam concretizar momentos de debate, atuando como mediadores dos conflitos e contradições que podem surgir na relação do grupo ou com

as demais pessoas da escola. Cada membro do conselho precisa ser ouvido, pois traz em sua vivência um olhar próprio sobre a escola e sua observação que pode contribuir para a solução dos problemas enfrentados.

O Art. 48 do Estatuto estabelece as funções dos conselheiros. Vejamos algumas delas:

Representar seu segmento, expressando suas posições;

Promover reuniões e participar sempre que convocado;

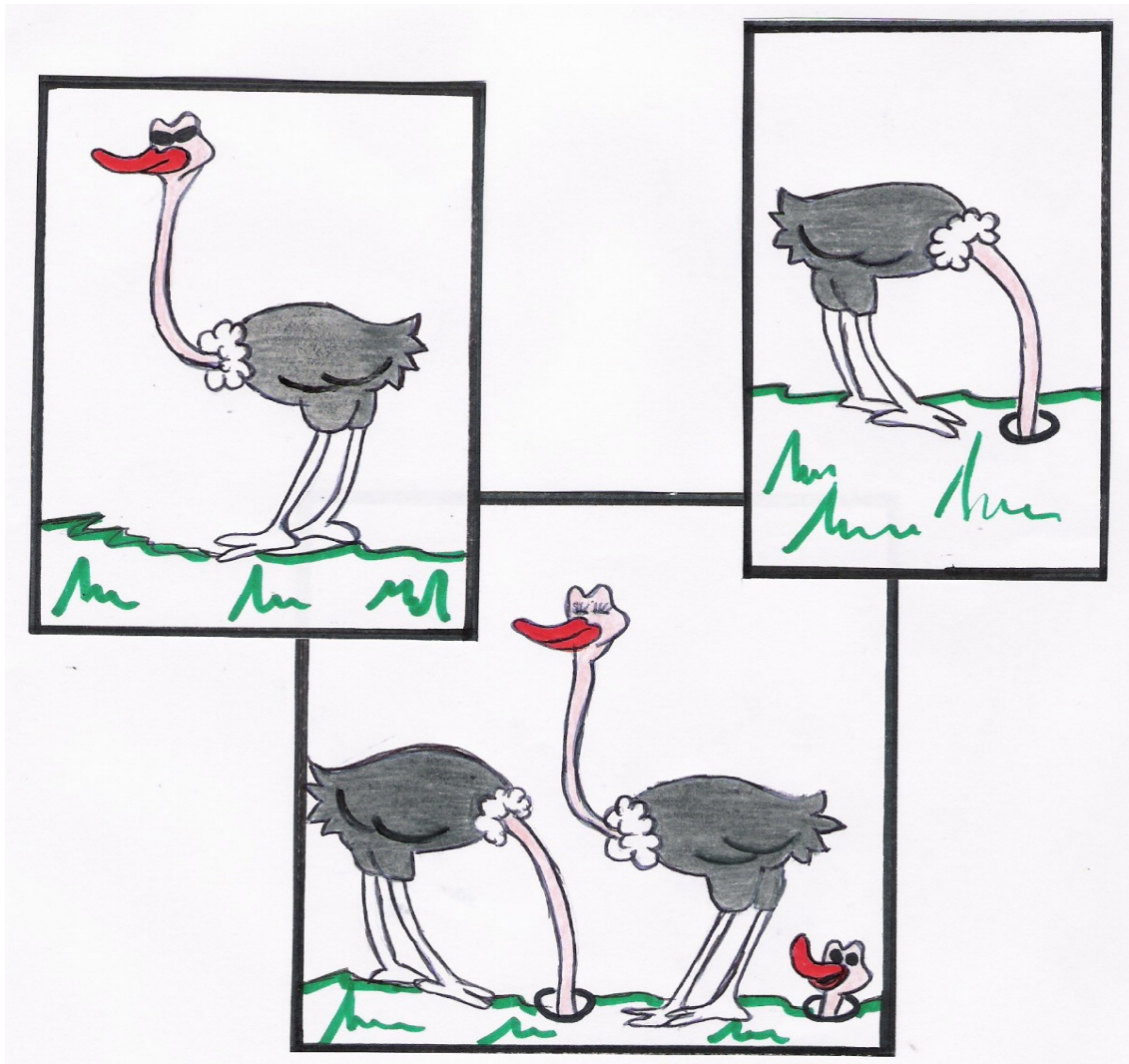
Divulgar as decisões do grupo, aos seus pares;

Executar as ações definidas pelo grupo;

Cumprir e fazer cumprir o Estatuto;

Coordenar os seus segmentos para a eleição e tomada de decisão;

Observe as atitudes presentes nos desenhos.



PODEMOS RELACIONÁ-LAS COM AS ATITUDES DOS
CONSELHEIROS?

Veiga (2007) elenca quatro objetivos importantes relacionados ao desempenho do conselho:

- a) favorecer a aproximação dos centros de decisões dos atores;
- b) facilitar a comunicação e romper com as relações burocráticas, hierárquicas e formais;
- c) possibilitar a delegação de responsabilidade e o envolvimento dos diferentes segmentos;
- d) gerar empoderamento, isto é, descentralização, ou melhor, desconcentração de poder. (VEIGA, 2007, p. 121)

A busca pela superação do trabalho burocrático, da descentralização do poder e da centralização de forças na gestão democrática, é papel do Conselho Escolar. Nesta perspectiva o diálogo entre os conselheiros e a direção é imprescindível, mantendo uma afinada relação entre todos. O envolvimento efetivo dos conselheiros nas discussões e ações pensadas no coletivo, definem o desenvolvimento do trabalho proposto pelo grupo.

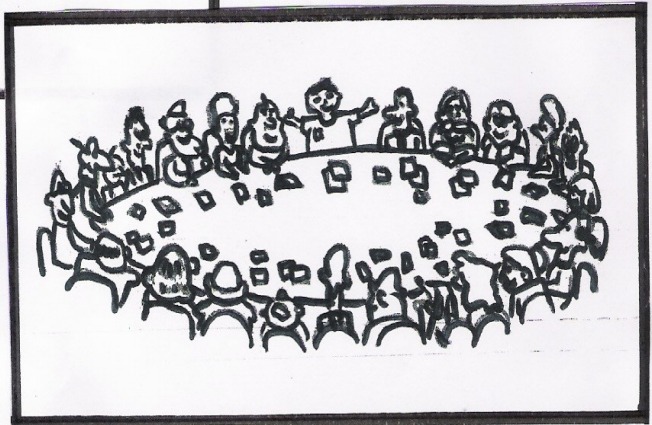
Dentre as várias características já mencionadas sobre o conselho de escola, destaca-se ainda, a do sentimento de pertença, do vínculo de cumplicidade estabelecido por este colegiado e às ações da escola, o que pode ultrapassar seus muros e refletir na vida da comunidade, ampliando o princípio da educação para todos.

CONSELHEIROS EM AÇÃO 



Atividade: Análise de Imagens	
Objetivo	Fortalecer as funções dos conselheiros por meio de análise de desenhos/figuras.
Materiais	<ul style="list-style-type: none"> • Desenhos/figuras em transparências ou em forma de “slides” para projetar ao grupo
Procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Com o grupo organizado em círculo, projetar as imagens, pedindo para que eles relacionem cada uma delas ao Conselho Escolar. • Deixar que o grupo exponha tranquilamente suas interpretações a respeito das imagens. • Caso necessário, provocar a discussão, sempre articulando os desenhos a situações vivenciadas no Conselho da Escola.
Considerações Finais	<p>Atividade desta natureza evidencia ao grupo situações negativas e positivas que podem ser vivenciadas no trabalho coletivo. Estimula a participação e a organização do grupo na busca de conquistar os objetivos propostos.</p> <p>A atividade pode ser realizada na sequência do primeiro desenho (página), ou com encerramento da oficina.</p> <p>É importante o grupo expor suas idéias, elas revelam conceitos que muitas vezes não são ditos. Registrar os comentários é fundamental.</p>

Tabela 05 - Análise de imagens.



MÓDULO 4

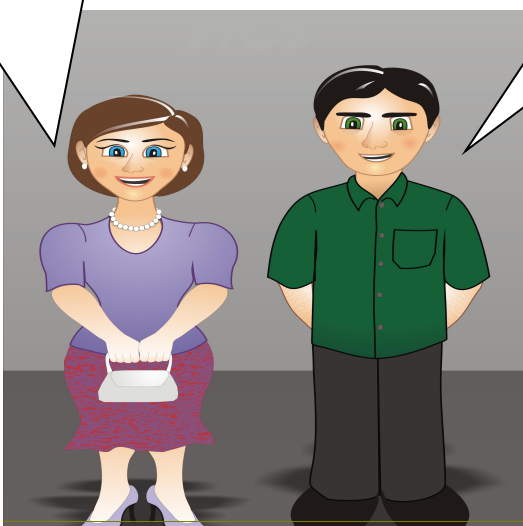
CONSELHO ESCOLAR: TRABALHO QUE REQUER CONHECIMENTO E FORMAÇÃO CONTINUADA

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria. A que não falte contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. (FREIRE, 1995)

O grande número de informações disponíveis no mundo moderno e a rapidez com que as mudanças acontecem, trazem à tona a necessidade de ampliarmos nosso universo de pesquisa sobre teorias e perspectivas para fundamentar nossa convivência social.

É fundamental que sejam consultadas e aplicadas teorias e perspectivas ligadas ao processo educativo.

Os conselheiros também precisam considerar este fato no desenvolvimento do seu trabalho.



Antes de pensar nas ações do conselho, é necessário amplo estudo das fundamentações e teorias que dão suporte a este colegiado, como as leis que o norteiam, sobre as mudanças no processo educacional, enfim, assuntos relacionados aos problemas que a escola vivencia na tentativa de contribuir de forma eficaz.

A ação dos conselheiros deve superar o espontaneísmo e o ativismo e pautar-se na fundamentação teórica para a realização da prática social. A prática e a teoria estão inter-ligadas, não há prática sem teoria, nem teoria sem prática. A prática social é uma ação fundamentada pela teoria. (BRASIL, 2006).

No processo de formação grupal, que se estabelece no conselho escolar, cada sujeito reconhece o outro como ser diferenciado, que, pela comunicação, amplia sua aprendizagem e cresce não só pessoal como profissionalmente. Assim, no convívio grupal, aprendemos a compartilhar o objeto do conhecimento, entender melhor que o conhecimento não é fato individual, mas produção social.

No cotidiano do conselho escolar vivem-se momentos de construção e reconstrução do conhecimento, daí a importância e o incentivo do grupo para organizar encontros de estudos teóricos que contribuirão muito para o bom desenvolvimento do trabalho.

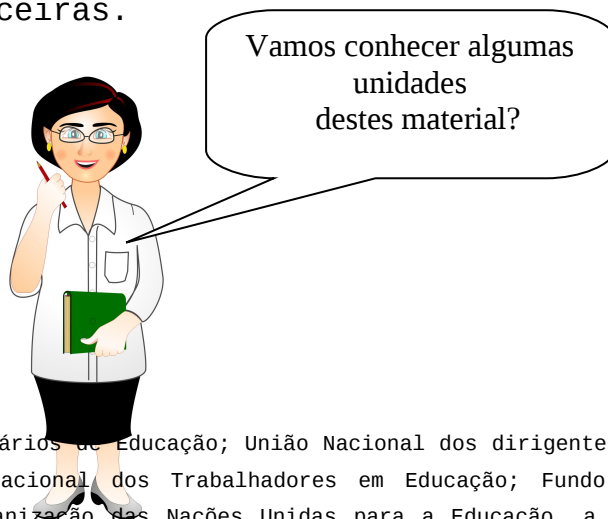
Hoje, existem muitas alternativas para o enriquecimento teórico, como os livros, a internet, diversos programas de TV e rádio, entre outros. Quanto ao Conselho Escolar propriamente dito, não encontramos muitas bibliografias, mas uma boa dica é o material desenvolvido

pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. O material compõe o PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES, criado em 2004 e conta com a participação de órgãos nacionais e internacionais (Consed, Undime, CNTE, Unicef, Unesco, PNUD³) que se uniram formando um grupo de trabalho para discutir, analisar e propor ações.

Este programa visa implementar e fortalecer os conselhos das escolas públicas de educação básica, por meio de grupos de estudo presenciais e não presenciais.

O material produzido para este projeto é formado por 10 cadernos instrucionais, cujo objetivo é subsidiar o trabalho dos conselheiros, estimulando o debate sobre o seu importante papel na inserção da democratização na escola pública.

Os cadernos que foram elaborados para esta formação discorrem sobre assuntos interessantes e fundamentais para a organização e o acompanhamento da prática educativa, visando um maior envolvimento do conselho na tomada de decisão a respeito de questões administrativas, político-pedagógicas e financeiras.



³ Conselho Nacional de Secretários de Educação; União Nacional dos dirigentes Municipais de Educação; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Trabalharemos com alguns desses cadernos a fim de oferecer um embasamento teórico sobre o conselho. Esse conhecimento é fundamental para o esclarecimento e fortalecimento dos conselheiros, pois um melhor entendimento e atuação na sociedade.

Os cadernos selecionados para o estudo de hoje são:

1. *Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania:*

O conteúdo deste caderno apresenta reflexões a respeito das desigualdades sociais, econômicas e culturais que existem no país, assim como a necessidade do desenvolvimento da democracia. Aponta a escola como espaço fundamental para a democracia participativa e o Conselho Escolar como um dos canais condutores deste processo. O texto visa estimular a criação e a consolidação do colegiado, com responsabilidade e em sintonia com a direção escolar, na busca da melhoria da ação educativa.

2. *Conselho Escolar e a aprendizagem na escola:*

A função do Conselho Escolar é abordada neste caderno. Percebendo o conselho como espaço de participação, enfoca sua tarefa de caráter consultivo, deliberativo, avaliativo e fiscalizador das ações da escola, permeado pelo Projeto Político Pedagógico. Discutir a realidade da escola, que

tipo de educação se quer e indicar caminhos para que o desejo se consolide são idéias apresentadas, deixando-se claro a função político-pedagógica do conselho. O texto também enfoca a avaliação escolar como processo e a importância do acompanhamento dos resultados obtidos pela escola, acrescentando diversas questões para a reflexão do grupo, a respeito do processo ensino-aprendizagem.

3. Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade:

O caderno reflete sobre a importância da presença do saber e da cultura do estudante no processo didático-pedagógico da escola, aborda sobre a atribuição do Conselho Escolar em garantir a valorização e a integração deste saber, assim como do patrimônio cultural da comunidade na prática educativa escolar.

4. Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico:

A abordagem temática contida neste caderno relaciona-se ao aproveitamento do tempo pedagógico, o que é descrito em dois momentos:

I. A escola pública como espaço de exercício do direito a cidadania: onde o modo como a escola se organiza para atender a este direito é questionado.

II. Tempo escolar: a mediação pedagógica consciente que problematiza a organização da escola e do tempo pedagógico, considerando a participação do conselho neste processo.

5. Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor:

Neste caderno são abordados os desafios, limites e possibilidades da gestão democrática, analisando-a nos

aspectos da participação, da aprendizagem e da autonomia da escola. Confirma-se no texto a gestão como ato político-pedagógico, além de discorrer sobre o processo de escolha de diretores.

Os demais cadernos do programa também abordam assuntos relevantes sobre a atuação do Conselho Escolar e merecem ser estudados e discutidos em encontros futuros.

CONSELHEIROS EM AÇÃO



Atividade: Teatro Imagem	
Objetivo	Embasar os conselheiros teoricamente, por meio do estudo dos cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares - MEC
Materiais	<ul style="list-style-type: none"> • Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – MEC ou cópias dos mesmos, folhas de papel para anotações, lápis ou canetas.
Procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Cada grupo irá ler trechos de um dos cadernos, assinalando e discutindo as principais idéias. • Quando encerrada a discussão, o grupo organizará uma forma de apresentação baseada no Teatro Imagem de Boal. Tal técnica consiste em expressar o que o texto aborda, sua idéia principal, o que ele quis dizer, o seu objetivo, em forma de uma representação/expressão do corpo e/ou face, sem o uso de palavras. Como uma estátua que diz, que revela um sentimento, uma idéia. • Cada grupo expressa sua idéia por meio do teatro imagem de Boal e os demais participantes interpretam e discorrem sobre o conteúdo do caderno.
Considerações Finais	<p>Ao trabalhar com o Teatro Imagem de Boal, o grupo pode expressar sentimentos que normalmente não revelariam por meio de palavras. É um exercício muito rico e que pode ser explorado num estudo teórico, permitindo uma reflexão sobre o assunto. Durante a representação cada componente expressa o que sente, interagindo com os demais a respeito de uma temática.</p> <p>O caráter formativo das reuniões do Conselho Escolar é uma vertente que precisa de especial atenção. Incentivar o grupo ao estudo teórico pode ser realizado no decorrer da discussão e apresentação dos grupos.</p>

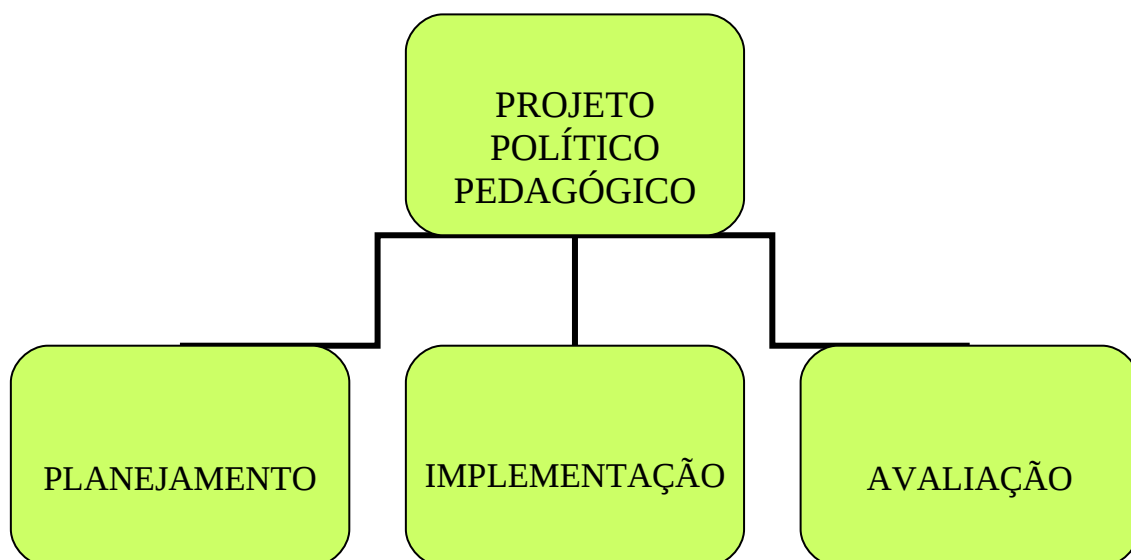
Tabela 07 - Teatro imagem - Conselho Escolar

Módulo 5

CONSELHO ESCOLAR, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

*...Vem, vamos embora, que esperar
não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera
acontecer...*

Música: **Pra Não Dizer Que Eu Não Falei das Flores**
Charlie Brown Jr



VAMOS JUNTOS ANALISAR O ESQUEMA?

QUAL SUA RELAÇÃO COM O CONSELHO ESCOLAR?

O esquema demonstra que a função político-pedagógica do conselho foca-se no compromisso com o processo educacional e está articulado ao projeto político-pedagógico da escola. Sua participação ativa dá-se no momento da implementação, no planejamento e na avaliação das ações da escola.

O art. 9º do Estatuto estabelece que:

O Conselho Escolar abrange toda a comunidade escolar e tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do projeto político-pedagógico da escola, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino. (BRASIL, 2005, p. 10)

MAS O QUE É REALMENTE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?

Para Veiga (1995), o Projeto Político Pedagógico é a própria organização do trabalho pedagógico da escola. É um documento formal que retrata a vivência e os desejos da escola, em relação aos cidadãos que se quer formar.

Santiago (2001) acrescenta que o Projeto Pedagógico trabalha com relações de poder e conhecimento, centralizando as preocupações no campo do currículo. Assim, para consolidar a função social de construção de bases para uma nova sociedade, mais justa e emancipada, a

escola precisa definir o conceito de homem, em seu projeto.

Para tanto, o Projeto Pedagógico é um documento que contém ações, intenções, objetivos e procedimentos fundamentais para o processo de escolarização de todos os educandos. “É a concretização das etapas do processo de planejamento” da escola. (LIBÂNEO, 2004, P.266)

Para a organização do Projeto Político Pedagógico, Veiga (1995) salienta alguns princípios norteadores e um deles é a gestão democrática. O que “implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização”. (VEIGA, 1995, p. 18). Pois, a gestão democrática visa participação das diversas instâncias colegiadas que compõem a escola pública. Nas palavras de Marques:

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legitimadas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação. (MARQUES, 1990, p. 21).

O P.P.P. busca um rumo, uma direção. Ele é carregado de intencionalidades e sonhos.



“Ele representa um desafio em busca de novas trilhas para a escola.”(VEIGA, 2001, p. 45).

Seu caráter político deve comprometer-se com a formação do cidadão.

AÍ NOS PERGUNTAMOS?
QUE CIDADÃO QUEREMOS FORMAR?
QUE EDUCAÇÃO QUEREMOS PARA ELES?
UMA EDUCAÇÃO QUE REPRODUZA A REALIDADE EM QUE
VIVEMOS OU QUE CONTRIBUA PARA A TRANSFORMAÇÃO
DESTA REALIDADE?

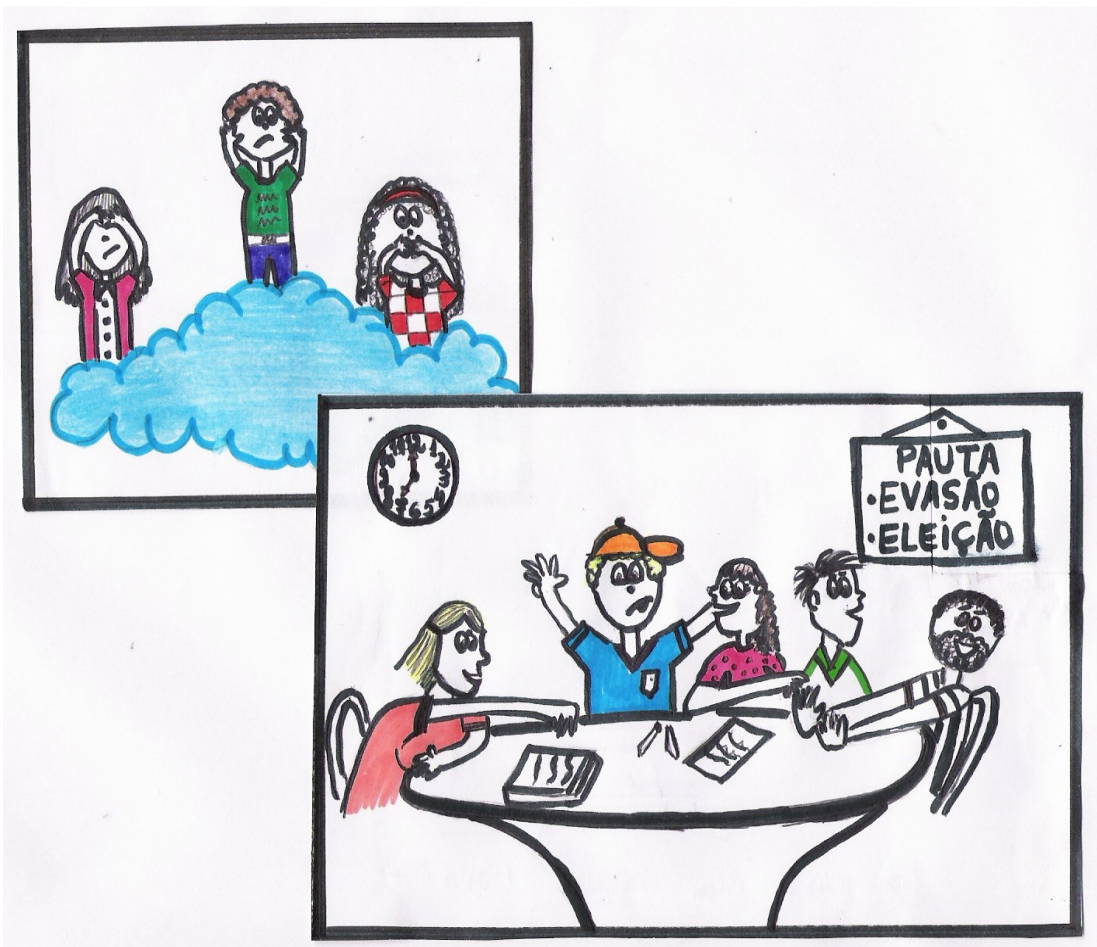
É a partir desta decisão e consenso que a escola define o seu propósito em forma de planejamento. Pensando e definindo a concepção de homem, educação, sociedade, ensino, os profissionais da escola terão estabelecidas as

E o conselho escolar participa desta decisão?

bases para a construção dos conteúdos das aulas, da metodologia empregada, da avaliação da aprendizagem e da instituição, do processo de participação das instâncias colegiadas e do próprio conselho da escola.



Observe os desenhos. O que eles representam?



O planejamento participativo é a construção em conjunto que acontece entre as pessoas, em pé de igualdade, onde os diferentes saberes organizam seus problemas, suas idéias e suas propostas de ação.

São as propostas de futuro para a escola que se planejam, articulando as idéias, as ações, o operacional ao estratégico, num processo de ação-reflexão-ação.

O planejamento participativo parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental a idéia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana. (GANDIN, 1994, p.28)

O planejamento participativo brota da vontade de mudança da realidade, na busca de superar obstáculos, colocando os diferentes pontos de vista e analisando as

melhores decisões. Para a organização de um plano de ação, partindo dos princípios do projeto participativo, alguns pontos merecem atenção quanto a sua organização, segundo Serrão e Baleeiro (1999). São eles:

a) Diagnóstico:(Quem são? Como é?)

É a primeiro passo de um planejamento. É a busca da realidade, conhecer o contexto. É analisar a situação em que a escola se encontra, quem são seus alunos, professores, quais são seus problemas, o que tem dado certo ou não. A partir dele é que partem as idéias para as ações necessárias.

b) Objetivos: (o quê?)

Eles apontam a direção do trabalho do grupo, precisam ser claros. É onde se quer chegar, o que se deseja.

c) Justificativa: (por quê?)

Consiste na apresentação clara e direta das razões (onde chegar/ quem vai atender) que justificam a realização do planejamento.

d) Metodologia: (como?)

É o como fazer, é a operacionalização para alcançar os objetivos propostos. É onde definem-se os passos a serem seguidos, as técnicas utilizadas nas ações.

e) Recursos: (com quem; quanto custa?)

É o levantamento de tudo o que é necessário para a realização do trabalho. Os recursos podem ser *humanos* (pessoas envolvidas, parcerias), *materiais* (TV, tinta, filmadora,...), *físicos* (condições do local) e *financeiros* (valores necessários).

f) Cronograma:(quando?)

Aqui é definido o tempo disponível para a realização das várias etapas do plano, que podem ser dispostas em atividades específicas. É importante atrelar aqui, as pessoas responsáveis pela ação.

g) Avaliação:(como foi?)

Análise dos resultados da ação ou ações implementadas, assim como de todo o processo de execução, verificando e discutindo pontos positivos e negativos.

h) Bibliografia:(o que lemos?)

Registrar as fontes bibliográficas utilizadas que subsidiaram teoricamente a construção do plano.

CONSELHEIROS EM AÇÃO



Atividade: Construindo o Plano de Ação	
Objetivo	Construir um Plano de Ação do Conselho Escolar.
Materiais	Cópias do PPP da escola, Ficha do Plano de ação, ficha do diagnóstico (atividade apresentada na oficina 4), papéis para anotações, canetas.
Procedimentos	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as concepções presentes no PPP da escola sobre: educação, homem, cidadania, ensino-aprendizagem. Tais concepções podem ser apresentadas pela equipe pedagógica da escola, ou localizada pelo grupo em cópias do próprio documento;• Análise das principais dificuldades que a escola enfrenta, considerando um levantamento prévio, por segmento, disponibilizada no quarto encontro.• No grupo, discutir e priorizar as maiores necessidades da escola;• Ouvir as idéias do grupo e registrar;• Eleger e decidir as possíveis ações;• Registrar na ficha: Plano de Ação do Conselho Escolar, observando os itens necessários.
Considerações Finais	Elaborar um Plano de Ação não é tão simples assim. Requer muita organização e atenção do grupo para ouvir e respeitar todas as idéias. Fundamental neste momento é o registro no quadro de giz ou faixas de papel para que todos acompanhem as discussões e decisões. É importante que todos participem argumentando as questões registradas no levantamento prévio. Se o tempo da oficina não for suficiente, procurar fechar com uma ou duas ações, deixando as demais para a próxima reunião.

Tabela 08 - Construindo o Plano de Ação.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO CONSELHO ESCOLAR ANO _____	
Colégio / Escola:	
1) O quê?	_____
2) Por quê?	_____ _____
3) Como?	_____ _____
4) Quando?	_____ _____
5) Com quem?	_____ _____
6) O que utilizar e quanto custa?	_____ _____
7) Avaliação: (como foi?)	_____ _____
8) Referências Bibliográficas: (o que lemos?)	_____ _____ _____
Assinaturas:	
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	Data: ___/___/_____

Módulo 6

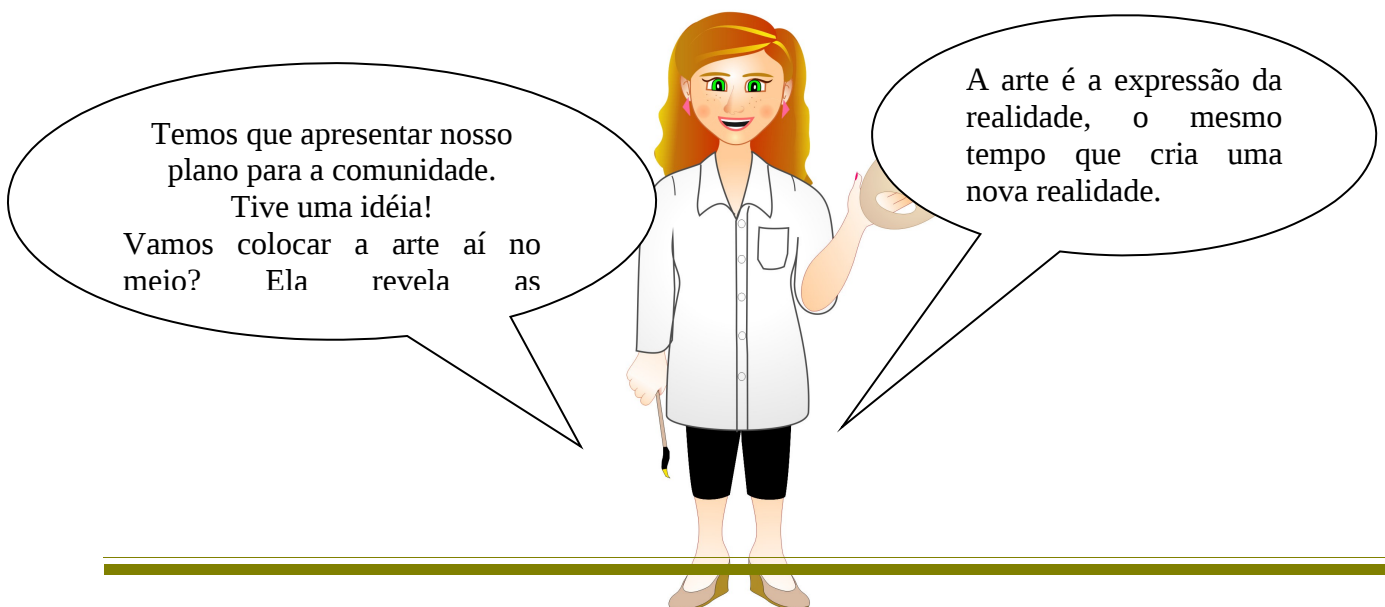
A RELAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR COM A COMUNIDADE

A participação é ferramenta imprescindível para que a democracia se efetive. (VEIGA, 2007)

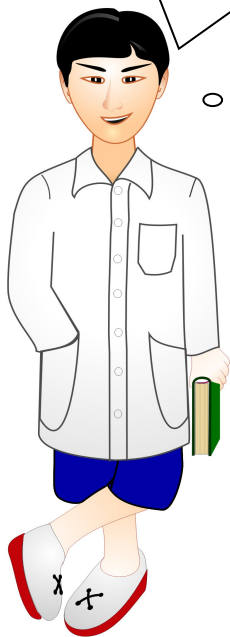
O Conselho Escolar na sua missão de representar diferentes segmentos, tomando decisões e acompanhando o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola, procura garantir um processo democrático. Entretanto, a democracia só se efetiva quando ocorre a participação, para que todos os envolvidos participem é necessário que tenham conhecimento das decisões tomadas pelos seus representantes.

A socialização das decisões e idéias de ação necessariamente deve passar pela comunidade escolar a fim de integrá-la aos acontecimentos e envolvê-la como participante do processo.

O Plano de Ação pensado pelos representantes da comunidade escolar, cujos membros fazem parte do Conselho Escolar, visa ao bem comum e o desenvolvimento da escola. A articulação entre o Conselho Escolar e a Comunidade é imprescindível, uma vez que todos devem ser responsáveis e envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem.



Apresentar qual é realmente o nosso papel na escola, o plano que pensamos e até aguçar o espírito crítico dos demais sobre o nosso trabalho.



Mas como fazer tudo isso?

Vamos pensar!
Podemos escolher algumas linguagens artísticas como a dança, o teatro, a música, a pintura, a escultura, o desenho para dar significado ao que queremos transmitir.



Por meio das diferentes linguagens vamos expressar o conceito de Conselho Escolar, suas preocupações, suas idéias e outras coisas importantes.

Que tal dividirmos em grupos e cada um representar de forma diferente?



CONSELHEIROS EM AÇÃO

Atividade: Socialização

Objetivo

Apresentar a toda comunidade escolar o papel do Conselho Escolar na Escola Pública, socializando o trabalho realizado nas oficinas e o Plano de Ação pensado pelo colegiado.

Materiais

- Som, CDs, roupas para a peça, tintas, máscaras, papel e canetas entre outros:

Procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> • dividir o grande grupo em grupos menores (de 4 a 6 pessoas); • cada grupo escolhe uma linguagem artística para retratar um dos assuntos trabalhados durante as oficinas (o que é o conselho, sua função na escola, o plano de ação, entre outros que o grupo considerar importante) para apresentar à comunidade escolar; • organizar as apresentações e exposição do material produzido de modo que todos os participantes se envolvam, definindo a pauta da reunião; • definir o dia e horário apropriado da reunião a ser realizada na escola com a presença da comunidade; • divulgar o evento junto a comunidade por meio de convites.
Considerações Finais	<p>Esta atividade será realizada em dois momentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Preparo da reunião com a comunidade; II. Execução, apresentação a comunidade. <p>O momento I, diz respeito à preparação e será realizado durante a oficina 6. O momento II – O dia da socialização - será realizado no dia proposto pelo grupo e envolverá a comunidade escolar e local.</p>

Tabela 09 - Atividade de socialização.

A operacionalização desta atividade está descrita em forma conjunta no apêndice deste caderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os caminhos percorridos para entendermos um pouco mais sobre as *Instâncias Colegiadas* que compõem o ambiente escolar. Descobrir novas potencialidades da escola é sempre um processo de auto-descobrimto, de auto-realização e de evidenciar novos desafios a serem trabalhos.

Tanto o Grêmio Estudantil como o Conselho Escolar demonstram muita capacidade de criação e produção humana, mas precisam ser descobertos pelos gestores de cada unidade escolar e, principalmente, serem vistos e compreendidos pelos múltiplos sujeitos que compõem o espaço social e filosófico da Educação.

Ao final dos estudos realizados para a construção desse Caderno Pedagógico, percebemos a grande responsabilidade dos educadores quanto à necessidade de proporcionar espaços de participação na escola.

Como ponto inicial, verificamos que existem lacunas no processo de democratização no interior das escolas necessitando de melhor direcionamento, uma vez que se busca a organização da Gestão Democrática na Escola Pública, conforme previsto em Legislação. Nesse sentido, apontamos a figura do Diretor como fator preponderante para que a Gestão Democrática se efetive, uma vez que pela própria posição que ocupa na instituição pode facilitar ou dificultar a participação da comunidade escolar.

Outro ponto pode ser identificado quando analisamos a *cultura de participação* que é precária em nossa sociedade. Isso acontece por diversos fatores como a ausência de vivência democrática, a falta de percepção quanto à importância da participação e a pouca disponibilidade de tempo para a concreta atuação nas Instâncias Colegiadas. Para Pescuma (1990, p. 127) “o processo participativo, nos diversos níveis, torna-se difícil, porque quem nunca foi participante deverá aprender a sê-lo e quem nunca permitiu a participação terá de aprender a aceitá-la.”

Este material foi pensado como uma forma de proporcionar espaços de participação na escola por meio de metodologias que provoquem discussões e debates fortalecendo o diálogo entre todos os sujeitos, considerando os diferentes saberes para a construção coletiva do conhecimento.

Freire (1987 p. 87) “O nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele e sim adotar uma postura de respeito mútuo e de troca entre saberes intelectuais e populares”.

Esperamos que o presente material colabore para o fortalecimento do processo contínuo de democratização da Escola Pública, visto que, a participação se dá por meio de conquistas e retrocessos com menor ou maior grau de envolvimento. Entretanto, a Gestão Democrática se faz com participação de professores, funcionários, alunos, pais e comunidade.

Pela participação é que se conhecem a dinâmica da organização escolar, das relações com a comunidade e os objetivos propostos para a qualidade da educação ofertada. É experimentando formas não autoritárias de poder, é decidindo coletivamente que se democratiza a escola, “pois democracia não se concede, se realiza (...)”. (PARO, 2008, p. 19).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janaína Aparecida de Mattos. **Os Conselhos Escolares e o Processo de Democratização: História, Avanços e Limites**. UFPR, 2006.

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho?** Como organizar o Colegiado Escolar. Guia da Escola Cidadã – Instituto Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** : Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 46/2005 e pelas Emendas Constitucionais nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005. 437p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB nº. 9394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Cadernos nº 1 - 5. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Cadernos nº 6 – 10. 2006.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia o discurso competente e outras falas**. 11ª ed. ver. E amp. – São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 6ª ed. - Olho D'água, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos culturais, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MARQUES, Mário Osório. **O projeto pedagógico: A marca da escola**. In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola. Ijuí, Unijuí, nº 18. abr/jun. 1990.

PARANÁ. **Estatuto do conselho escolar**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Coordenação de Apoio a Direção e Equipe Pedagógica. Curitiba – PR, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

SANTIAGO, A. R. F. **Projeto Político-Pedagógico e a organização curricular: desafios de um novo**

paradigma. In: Veiga, I.P.A.; FONSECA, M. (org.). As dimensões do Projeto Político-Pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papirus, 2001, p. 141-173.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. Aprendendo a ser e a conviver. 2ª ed. - São Paulo: FTD, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (org.). As dimensões do Projeto Político-Pedagógico: Novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papirus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico.** Conselho Escolar e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papirus, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político da escola - uma construção possível. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** Campinas - SP: Papirus, 1995.